

REVISTA REDAÇÃO

19/04/2015 - Ed. 14



Lucas Rocha

Jovens de 16 anos conquistam novos direitos, mas ainda são tratados como crianças quando cometem crimes. Agora, aumenta a pressão para que recebam penas mais duras quando participam de crimes hediondos ou são reincidentes penal

SUZANA BORIN

Os jovens criminosos e a maioria penal

// Projeto para uma imprensa livre (PIERRE RIMBERT)

Enquanto a imprensa francesa cambaleia, firma-se a exigência de um modelo radicalmente diferente. As tarefas: produzir informação de qualidade imune à lei do mercado e às pressões do poder, abrigar digital e papel sob a mesma marca, inventar um modo de financiamento sólido e justo. Os instrumentos estão sob nosso nariz

// O que faz com que nossa sociedade seja tão intolerante e pouco inclusiva? MYRIAN CHINALLI

Nos dias atuais, encontramos regularmente em nosso cotidiano algumas palavras que certamente nos provocam reações psíquicas das mais inquietantes. Tais palavras são comumente citadas nas universidades, nas escolas, na mídia impressa e na televisiva: "intolerância", "realidade", "inclusão".

Os jovens criminosos e a maioridade penal (SUZANA BORIN)

Jovens de 16 anos conquistam novos direitos, mas ainda são tratados como crianças quando cometem crimes. Agora, aumenta a pressão para que recebam penas mais duras quando participam de crimes hediondos ou são reincidentes



DESDE 1940, quando a legislação brasileira estipulou a maioridade penal, qualquer jovem com idade inferior a 18 anos é considerado “incapaz”. Em outras palavras, o Estado entende que ele não tem condições de fazer as próprias escolhas nem de assumir as consequências de seus atos. É esse o conceito que tem praticamente assegurado a impunidade a adolescentes criminosos que cometem atos bárbaros e que estimula o crime organizado a recrutar cada vez mais crianças para suas fileiras. Mas será que um jovem de 16 anos em 2013 tem o mesmo amadurecimento e acesso à informação que tinha um adolescente da mesma idade em 1940? Será que o rapaz de 17 anos, 11 meses e 27 dias que covardemente atirou na cabeça do universitário Victor Hugo Deppman, de 19 anos, depois de lhe roubar o celular, não sabia das consequências de seus atos?

O QUE VIGORA HOJE

- > Internação de até três anos para menores infratores
- > Todos os menores infratores ficam reclusos em um mesmo lugar
- > A idade máxima para um interno em reclusão é de 21 anos
- > O adulto que comete o crime de corrupção de menor é julgado pelo Código Penal e tem pena que varia de 1 a 4 anos de reclusão

PENAS MAIS DURAS PARA MENORES INFRATORES

Na semana passada, a Câmara dos Deputados criou uma comissão especial para propor mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente e estabelecer maior punição para adolescentes criminosos. Confira a proposta que servirá de base para as discussões

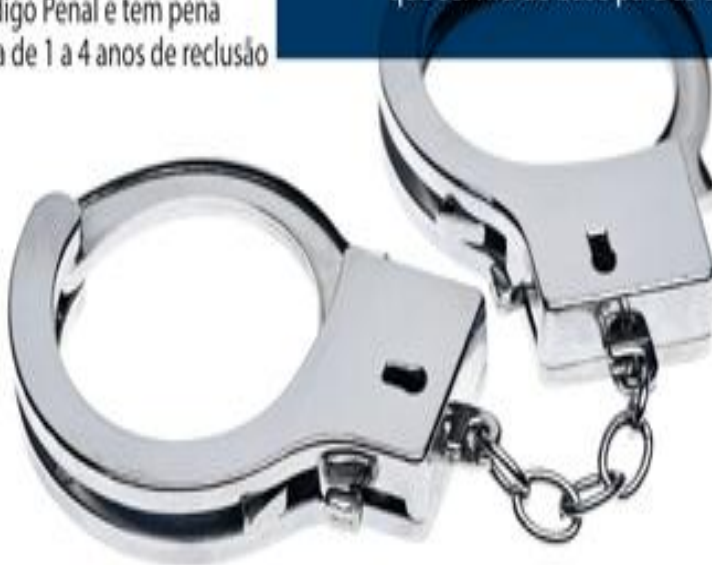
O QUE O PROJETO PROPÕE

- > Internação de até oito anos para menores a partir dos 12 anos que cometerem crimes hediondos ou sejam reincidentes em infrações
- > A partir dos 18 anos, os internos seriam direcionados a um novo internato ou colocados em uma área separada dos mais novos
- > A idade máxima para o interno será de 26 anos.

A partir dessa idade, será feita uma avaliação para verificar a condição para o reingresso ao convívio social

- > Penas mais duras para o adulto que cometer o crime de corrupção de menor

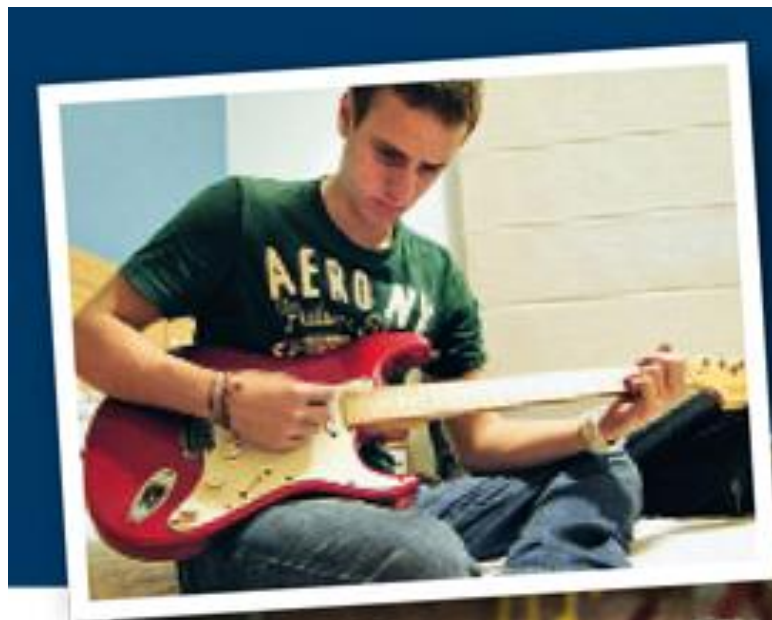
- > A internação compulsória no caso de doença mental será por prazo indeterminado e passará por reavaliação a cada seis meses



Victor foi morto por um criminoso que já tinha passagem pela Fundação Casa, onde havia cumprido apenas 45 dias por outro roubo. Estava na rua, armado, porque não pode receber uma pena maior. Situações como essa vêm se repetindo em todo o País e a sociedade clama por mudanças. Pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha mostra que 93% dos brasileiros são favoráveis à redução da maioridade penal para 16 anos. Querem que o adolescente capaz de cometer atos hediondos seja tratado como adulto. "Precisamos responder com urgência ao desespero da sociedade brasileira", diz o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). Na terça-feira 23, a Câmara criou uma comissão especial para enfrentar um tabu: propor alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um conjunto de normas aprovadas em 1990 para proteger a infância, elogiado internacionalmente como uma das legislações mais modernas do mundo.

O objetivo dos deputados é endurecer as punições aplicadas aos menores infratores. No caso de reincidência e crimes hediondos, como homicídio e estupro, o prazo máximo de internação saltaria dos atuais três anos para oito (leia quadro abaixo). O problema é que desde 2000 já foram criados 12 projetos de lei para alterar o estatuto, mas nada sai do papel. Enquanto isso, a situação só se agrava. Nos últimos dez anos, o número de jovens infratores aumentou 138%. Se em 1990 o ECA era exemplo, hoje está desatualizado. Apenas para contextualizar, no início dos anos 1990 o crack não existia em boa parte do País. "Passou da hora de fazermos reformulações", afirma o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que vai comandar a comissão da Câmara. Ele defende o aumento do tempo de permanência na Fundação Casa, onde ficam os menores detidos, de três para oito anos nos casos hediondos. Assim, o infrator poderia ficar preso até os 26 anos – e não mais até os 21. A partir dos 18 anos, ele seria encaminhado para uma área específica, isolada dos menores. No Senado, uma emenda constitucional de Aloysio Nunes (PSDB-SP) propõe reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos.

A aplicação da medida seria restrita aos crimes hediondos, não às infrações médias ou leves (furtos e roubo simples). Se medidas como essa estivessem em vigor, o universitário Victor não teria cruzado com o jovem criminoso que o matou na porta de casa.



JOSÉ VALDIR E MARISA
RITA **PERDERAM O
FILHO VICTOR HUGO
DEPPMAN, 19 ANOS,
ASSASSINADO POR
UM MENOR DE 17 ANOS
EM FRENTE À SUA
CASA: O CRIMINOSO
ERA REINCIDENTE E
HAVIA FICADO PRESO
APENAS 45 DIAS**



Ainda segundo a proposta apreciada pelos deputados, quando for diagnosticada doença mental, o juiz poderia indicar tratamento ambulatorial ou internação compulsória por prazo indeterminado, com reavaliações a cada seis meses. A medida tornaria legal, por exemplo, a situação de Roberto Aparecido Alves Cardoso, o Champinha. Ele vive em um limbo jurídico desde 2003, quando liderou o grupo responsável por assassinar o casal Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em São Paulo – a adolescente Liana também foi vítima de estupro coletivo, num crime que horrorizou o País.

Na época, Champinha tinha 16 anos, a mesma idade da estudante que matou. Há dez anos, o criminoso está internado na Unidade Experimental de Saúde, alvo de uma investigação do Ministério Público Federal por oferecer tratamento “medieval” aos detentos. O equipamento do governo estadual teria o objetivo de tratar jovens de alta periculosidade com graves patologias, mas não chega nem perto disso. Esse é um problema a ser enfrentado. Especialistas em educação asseguram que não adianta reduzir a maioridade penal nem aumentar as penas se o Estado não for capaz de oferecer condições para que os jovens tenham um futuro digno. “Se um jovem falhou, a sociedade, a família e a escola devem ter falhado também”, diz Cosete Ramos, doutora em educação pela Flórida State University.

Organizações de defesa dos direitos humanos e organismos internacionais de atenção às crianças entendem que a diminuição da idade penal não resolve o problema da violência juvenil. Argumentam que os adolescentes ainda não estão completamente formados e que as mudanças devem ocorrer nas razões sociais que levam ao crime. “Reduzir a maioridade

penal não resolve. Ou agimos nas causas da violência ou daqui a pouco veremos o tráfico estar recrutando crianças com 14, 12 ou 10 anos”, diz Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. O promotor Thales Cezar de Oliveira, da Vara da Infância e Juventude de São Paulo, discorda. Segundo ele, os jovens de 16 anos têm total consciência dos delitos que cometem. “Eles sabem que nada vai acontecer se matarem e roubarem, a ficha estará limpa aos 18 anos, quando saírem da Fundação Casa”, diz Oliveira.

O promotor acrescenta que, quando pegos, a primeira coisa dita pelos infratores à polícia é: ‘sou de menor’. “É inadmissível a quantidade de pessoas honestas e famílias inteiras sendo destruídas, enquanto apenas discutimos a redução da maioridade penal.”



O mesmo Estado que patina ao definir uma nova legislação capaz de punir menores que cometam crimes hediondos vem, ao longo dos anos, assegurando novos direitos aos jovens de 16 anos. A Justiça Eleitoral, por exemplo, permite a obtenção do título de eleitor e a participação nas urnas já nessa idade. Ou seja, o Estado entende que o jovem de 16 anos é capaz de formar consciência política e votar para presidente.

No Brasil, eles também podem trabalhar com carteira registrada e, com autorização dos pais, casar e ser emancipados. Internacionalmente não há um consenso jurídico ou científico que determine em qual idade uma pessoa deixa de ser criança e está apta a responder como um ser maduro. Na Inglaterra é possível prender um infrator de dez anos. Nos Estados Unidos, é permitido tirar licença de motorista aos 16, mas fica proibido de consumir bebidas alcoólicas antes dos 21.

A CULPA É DELE?

As estruturas do cérebro e a maturidade mental ainda não estão completas aos 16 anos. Isso não justifica, mas ajuda a explicar alguns comportamentos

Cerebelo

Área do aprendizado da música, matemática e das habilidades sociais. Com a idade, aumenta o número de neurônios e a complexidade de suas conexões

Hipocampo

Responsável pela memória a curto e longo prazo. O desenvolvimento mais acentuado ocorre quase no início da vida adulta e dura até os 40 anos

Amígdala

Aí estão concentrados a raiva, o medo e a ansiedade. É a parte mais utilizada para o processamento das emoções enquanto o córtex pré-frontal não amadurece – por isso, as reações dos adolescentes são mais impulsivas que as dos adultos

Corpo caloso

Setor da criatividade e da linguagem. Na adolescência, essas fibras nervosas engrossam e processam a informação com mais eficiência

Córtex pré-frontal

Responsável pela tomada de decisões, pelo controle das emoções (como impulsividade) e pelo planejamento. Área que mais demora a amadurecer; sua formação completa pode ultrapassar os 20 anos

Gânglios basais

Ajudam a priorizar a informação e o aprendizado motor. Já estão bem desenvolvidos na adolescência

Com tantas incertezas, cabe à neurociência dar algumas pistas sobre comportamentos característicos dessa faixa etária, como a impulsividade. Diversas pesquisas apontam que o cérebro demora até os 25 anos para se formar por completo. O córtex pré-frontal é a última parte desse processo, mas responde por toda a nossa cognição: tomada de decisão, capacidade de avaliar riscos, planejamento de estratégias, etc. Só ao longo do desenvolvimento biológico ele aprende até onde é possível empurrar limites e ignorar regras. Por isso, um adolescente tende a fazer escolhas baseado mais na intensidade das emoções do que em análises racionais.

“Eles são mais reativos, levam menos em conta as consequências de seus atos”, afirma o neurocientista André Frazão Helene, do Laboratório de Ciências da Cognição da Universidade de São Paulo (USP). “Mas, aos 16 anos, o cérebro já sabe diferenciar o certo do errado, tanto no sentido do que é moral quanto legalmente aceito.” O amadurecimento biológico, porém, varia de pessoa para pessoa – assim como algumas meninas menstruam aos 10 e outras, aos 15. O córtex pré-frontal também está ligado às relações interpessoais, à capacidade de se colocar no lugar do outro. Seja para compreender uma opinião divergente seja para se identificar com a dor alheia. Para a psicóloga Maria Alice Fontes, especialista em neuropsicologia, o desenvolvimento cerebral explica certas atitudes da puberdade, mas não justifica todas elas. “Não dá para usar o cérebro como desculpa para dizer que o jovem nesta idade não tem nenhum discernimento e, portanto, não pode assumir as responsabilidades pelo que faz”, afirma.



Discussão - Deputado Carlos Sampaio, relator da comissão na Câmara que estuda reformulações no ECA: menores presos por mais tempo nos casos de crimes hediondos

Além do fator biológico, há a influência do ambiente e do contexto em que o ser humano cresce. Primeiro, vale lembrar que muitas transformações históricas e culturais separam os adolescentes de hoje dos da década de 1940, época em que a maioria foi instituída no País. Mesmo nas metrópoles, um rapaz de 16 anos se divertia descendo ladeiras de rolimã, enquanto hoje quer ostentar o smartphone da moda.

O acesso às drogas ou às informações em larga escala também era reduzido. Em segundo lugar, não há como ignorar as condições socioeconômicas e a estrutura familiar de um adolescente que comete um crime. Se o cérebro é fisiologicamente imaturo, o ambiente deveria oferecer o suporte necessário para o desenvolvimento ideal. Quanto se pode esperar de um jovem carente, desprovido de boa educação, com referências de violência doméstica, cercado pelo tráfico? "O debate sobre essa questão esquece, muitas vezes, que o contexto é determinante no comportamento", diz Martha de Toledo Machado, professora de direito da criança e do adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).



Adulto para mudar?

Alexander Brasil, 16 anos, de Curitiba (PR), tem voz e corpo de menino. Mas nasceu mulher e sempre sentiu que estava no corpo errado. Usava o futebol como desculpa para o jeito masculinizado. Com 12 anos, depois de pesquisar, contou aos pais que era transexual – a mãe achou que era uma provocação para afrontá-los. Sofreu tanto bullying no colégio que quase foi reprovado. Hoje toma hormônios sem prescrição médica, comprados pela internet, arriscando a própria saúde. Agora o SUS vai oferecer tratamento gratuito nos casos de transtorno de identidade de gênero a partir dos 16 anos.

Mesmo com tantas ressalvas, jovens de 16 anos estão conquistando agora um novo e polêmico direito. Nos próximos dias, o Ministério da Saúde deve publicar uma portaria que autoriza o tratamento gratuito para mudança de sexo a partir dos 16 anos. O órgão considera que, nessa fase, um garoto já se reconhece como garota (ou vice-versa) e sofre com o transtorno de identidade de gênero. Embora não possa ser operado antes dos 18, o paciente receberá do Estado acompanhamento psicológico e hormonal para iniciar as transformações estéticas. Ou seja, é tido como suficientemente maduro para tomar uma decisão com implicações, muitas vezes, irreversíveis.

Até agora, jovens nessa situação viviam numa espécie de submundo no que diz respeito ao sistema público de saúde. Mesmo depois de passar por uma extensa triagem, avaliação médica e receber o diagnóstico do transtorno, não podiam receber acompanhamento psicológico e tratamento hormonal gratuito por meio do SUS. Atravessavam o turbulento período da adolescência em sofrimento porque a aparência não condizia com a sua identidade sexual. Aflitos, muitos deles recorriam ao mercado negro da internet para adquirir hormônios sem prescrição. “O perigo é que eles acabam dando um jeito de se sentir melhores, se sujeitando a efeitos colaterais e arriscando a saúde”, afirma o psiquiatra Alexandre Sadeeh, da clínica de Transtorno de Identidade de Gênero e Orientação Sexual da USP.

A RESPONSABILIDADE AOS 16 ANOS

O que a legislação brasileira deixa (ou não) um adolescente dessa idade fazer



Votar

Desde a Constituição de 1988, o voto se tornou facultativo a partir dessa idade. O jovem cidadão consegue tirar o título de eleitor, mas ainda não é obrigado a exercer seu dever



Beber

Menores de 18 anos não podem consumir bebida alcoólica. Desde 2011, no Estado de São Paulo, até a venda ficou proibida – os comércios devem checar um documento de identidade do comprador

Fumar

Em tese, o acesso ao cigarro também é vetado – assim como outros produtos cujos componentes podem causar dependência física ou psíquica

Fontes: Estatuto da Criança e Adolescente, Código Civil, Departamento de Justiça, Legislação Federal sobre Tabaco, Tribunal Superior Eleitoral, Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (SBRASH)



Dirigir

Os cursos para obter a carteira de motorista são permitidos apenas aos maiores de 18 anos. Ao contrário dos EUA, que fornecem licença provisória dois anos mais cedo



Assistir a filmes adultos

A classificação recomenda que, aos 16 anos, o adolescente não consuma conteúdo de sexo explícito. Mas valem cenas de nudez completa, carícias íntimas, violência, drogas e conflitos psicológicos



Casar

Os cartórios exigem uma autorização formal dos pais para que qualquer noivo menor de 18 anos possa assinar a papelada civil do casamento



Emancipar

Basta que os pais estejam de acordo ou que o jovem tenha negócio próprio ou carteira assinada. A emancipação é civil e não transmite a responsabilidade penal ao menor



Ser preso

Segundo o ECA, crimes e contravenções cometidos por menores de 18 anos são considerados "atos infracionais". Os adolescentes podem ser punidos com medidas socioeducativas, inclusive com a privação de liberdade por, no máximo, três anos

Foi o que fez Alexander Brasil, 16 anos. Ele nasceu mulher e, aos 4 anos, já chorava quando lhe botavam vestidos ou insistiam que frequentasse as aulas de balé. Por conta própria, começou a tomar testosterona há um ano: os pelos cresceram, a voz engrossou. “Agora me sinto muito mais feliz e confortável com meu corpo”, diz Alexandre.

Com as mudanças físicas, trocou de colégio para livrar-se de vez do bullying que quase o fez reprovar de ano no ensino médio. A situação irá melhorar para Alexander e outros garotos em situação parecida com a dele com o tratamento hormonal gratuito para pessoas acima dos 16 anos – essa é uma das etapas a caminho da cirurgia de mudança de sexo, que só pode ser realizada a partir dos 18. A medida reafirma o poder de decisão desses jovens e mostra que o Estado é, sim, capaz de tratar o adolescente de hoje em dia como adulto. Exatamente o que está faltando no âmbito penal. □

SUZANA BORIN é Jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ISTO É, Maio de 2014 (recuperada).**

Projeto para uma imprensa livre (PIERRE RIMBERT)

Enquanto a imprensa francesa cambaleia, firma-se a exigência de um modelo radicalmente diferente. As tarefas: produzir informação de qualidade imune à lei do mercado e às pressões do poder, abrigar digital e papel sob a mesma marca, inventar um modo de financiamento sólido e justo. Os instrumentos estão sob nosso nariz



OUTRORA, os novos ricos, ansiosos por consumarem sua integração à boa sociedade, ofereciam a si mesmos um haras, um carro antigo ou uma *villa* em Cabourg. Hoje, para consolidar seu status, eles compram um jornal. Bernard Arnault e François Pinault, a segunda e a terceira fortunas francesas, têm cada um, há um bom tempo, o seu, respectivamente *Les Echos* e *Le Point*. Eis que a eles se unem os recém-chegados Xavier Niel e Patrick Drahi, industriais das telecomunicações, padrinhos respectivos do *Le Monde* (final de 2009) e do *Libération* (em 2014). Capitalistas e ao mesmo tempo filantropos, eles inauguraram sua administração por meio de uma drástica redução das despesas. Paradoxo: os meios técnicos e intelectuais necessários para produzir e difundir uma informação de qualidade são abundantes. Mas, com raras exceções, a imprensa escrita e digital cambaleia, incapaz de frear a degradação de seus conteúdos e estabilizar sua base econômica.

Se nos ativermos às três últimas décadas, vamos notar uma sequência quase sempre idêntica. Um jornal, ou um grupo de imprensa, atingido pela queda das vendas ou pela diminuição de seus recursos publicitários, busca capitais; a chegada de um investidor é acompanhada de uma reestruturação do pessoal e da redução da redação; a publicação é retomada com uma dependência ampliada do polo econômico. “Nós conhecemos bem o capitalismo para saber que não há separação entre o controle e a propriedade”, explicavam os editores do *Wall Street Journal* (1 ago. 2007) após a retomada do diário de negócios pelo magnata da imprensa Rupert Murdoch. E a rotina volta, até a próxima crise.

O Libération foi adquirido sucessivamente por Jérôme Seydoux em 1995, Edouard de Rothschild em 2005, depois por Bruno Ledoux e Patrick Drahi em 2013-2014, como quem repassa uma batata quente. No *Le Monde*, as reestruturações do capital se encadeiam num ritmo quase quinquenal: 1985, 1991, 1995, 1998, 2004, 2009. No espaço de uma década, *Les Echos*, *Le Figaro*, *L'Express*, *Marianne*, *Le Nouvel Observateur*, assim como uma infinidade de diários regionais e semanários locais, estenderam os braços para o mesmo horizonte, a mesma ilusão: adquirir para si uma sobrevida ao preço de um novo proprietário. Para *France-Soir*, a cortina final se fechou.

O modelo misto expirou

A acreditar nos analistas dominantes da imprensa, dois fatores favorecem os repetidos sinistros. O primeiro teria a ver com o peso esmagador do Syndicat Général du Livre Et de la Communication Écrite (SGLCE-CGT – que reúne os funcionários das gráficas e distribuidoras), que levaria adiante a inconveniência a ponto de pagar os operários da impressão e da distribuição quase tão bem quanto os cargos de direção. O segundo remontaria ao imediato pós-guerra e às famosas disposições de 1944: o proprietário de um diário de informação geral e política não pode possuir outro título dessa categoria. Dito de outra forma, o Estado rejeita a concentração da imprensa mais sensível no plano ideológico e político. Essa disposição, conforme preconiza o Conselho Nacional de Resistência, foi transgredida por personagens como Robert Hersant, que construiu um império comprando diários regionais a golpes de milhões ganhos na imprensa de variedades, não afetada por essas determinações.

Entre outros efeitos perversos, explicam os adversários da regulamentação, essas disposições teriam dado origem a uma subcapitalização estrutural da imprensa francesa. Assim, os jornais sofreriam da ausência de grupos midiáticos capazes, a exemplo do Springer e do Bertelsmann na Alemanha, da Pearson, no Reino Unido, ou da News Corporation, de Murdoch, de absorver os choques da conjuntura. Tal falha teria aberto a via para os bilionários que oferecem a si mesmos um jornal não exatamente como um ativo, mas como uma alavanca de influência.¹

Nem os desvios da imprensa controlada por Murdoch nem as reestruturações do capitalismo midiático para além do Rio Reno abalaram a certeza dos dirigentes da imprensa francesa: cada uma das dificuldades, pensam, pede uma solução financeira à medida que as coisas vão acontecendo. E que importa o tipo de concorrente se se consegue restaurar por um tempo os fundos próprios? Com o crescimento potencial do digital e a evaporação dos recursos publicitários, tornou-se difícil fugir à evidência: o verdadeiro problema coloca-se não no âmbito de um título em particular, mas no conjunto da produção da informação; ele não decorre de uma subcapitalização, mas, exatamente, dos constrangimentos exercidos pela própria capitalização.

Tal cegueira tem a ver com uma ambivalência com dois séculos de antiguidade: a informação é pensada como um bem público, mas produzida como uma mercadoria. Substrato indispensável à formação dos julgamentos políticos, ela contribui para forjar espíritos livres, imaginários coletivos, grupos mobilizados. É uma arma a ser colocada em todas as mãos. E como nenhuma sociedade emancipada poderia se privar dela, a Assembleia Constituinte de 1789 proclama que “a livre comunicação dos pensamentos e opiniões é um dos direitos humanos mais preciosos” e que “todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente”.² Infelizmente, o legislador, sempre mais à vontade na poesia das ideias do que na prosa do cotidiano, não sacralizou os meios de sua ambição. Investigar, corrigir, colocar em páginas, estocar, ilustrar, diagramar, administrar e, no que se refere ao jornalismo impresso, rodar e distribuir... tudo isso custa muito caro. E logo o direito “universal” de “difundir, sem considerações de fronteiras, as informações e as ideias por seja lá qual for o meio de expressão”³ se converte em um privilégio – o de um punhado de industriais suficientemente abonados para oferecer a si próprios os grandes meios de informação.

Ao longo do tempo, o duplo caráter idealmente coletivo e concretamente mercantil da informação se sedimentou sob a forma de uma tensão entre o mercado e o Estado. O primeiro produz e difunde; mas sua lógica de busca pela audiência a qualquer preço puxa a qualidade para baixo. O segundo regula e subvenciona, mas sem discernimento: 1,5 bilhão de euros concedidos a cada ano ao conjunto do setor na França. Para os periódicos de informação política e geral, os subsídios representam mais de 19% do volume de negócios. A persistência dessas ajudas públicas maciças, mas passivas, exprime o reconhecimento implícito de uma situação que se desvia do direito comum dos negócios: não mais que a educação ou a saúde, a informação não poderia se desenvolver sob a palmatória da oferta e da demanda. Desviado do interesse geral para os conglomerados comerciais, o modelo misto expira.⁴

Sendo assim, sobre quais bases econômicas deve-se construir um novo sistema respeitoso da lista mínima de tarefas que as lições de história impõem – quais sejam, uma informação concebida como bem público que escaparia simultaneamente às imposições econômicas e às pressões políticas do Estado?

A questão fustiga as imaginações há décadas: a nacionalização das infraestruturas proposta por Léon Blum em 1928, a criação das companhias de imprensa sem fins lucrativos reclamada pelas associações de redatores nos anos 1970,⁵ a instalação de uma fundação nacional. Num movimento contrário ao dos sonhadores, e no momento em que o crescimento digital leva o sistema ao limite da explosão, os sucessivos governos limitam sua audácia a tapar buracos.

Paradoxalmente, imaginar uma refundação perene dos meios de comunicação escritos de interesse geral não requer um esforço de imaginação sobre-humano. Três elementos permitem elaborar um quadro. O primeiro consiste em distinguir radicalmente a imprensa de informação, que tem a vocação de alimentar o debate público, da recreativa. Ainda que os dois gêneros possam desfrutar de igual dignidade, apenas o primeiro desempenha um papel-chave no exercício da coisa pública,

o que fundamenta sua legitimidade de receber os financiamentos da coletividade. Dos 4.726 periódicos editados na França em 2012, pouco mais de quinhentos atendiam à qualificação de imprensa nacional ou local de informação política e geral, entre os quais 75 diários e mais de trezentos semanários. O resto é uma mistura de publicações especializadas, um oceano de papel em que 838 obras trimestrais de lazer e 181 mensais consagradas aos classificados convivem com um punhado de jornais que têm sem dúvida vocação para migrar para a primeira categoria.

A administração fiscal reconhece implicitamente a distinção no artigo 39 bis A do código dos impostos, que circunscreve a isenção sobre os lucros às empresas “que exploram seja um jornal diário, seja uma publicação de periodicidade no máximo mensal consagrada em ampla parte à informação política e geral, seja um serviço de imprensa online [...] consagrado em ampla parte à informação política e geral”. Vamos um pouco mais longe: os títulos consagrados à diversão vão assumir seu status de mercadoria, aqueles voltados à informação vão reivindicar o de bem coletivo, com suas dependências e seu... serviço.

Porque o segundo princípio do modelo proposto repousa na criação de um serviço de mutualização de infraestruturas de produção e de distribuição da informação. Do jornalista ao jornaleiro ou à página da internet, a imprensa forma uma cadeia humana e técnica. Situados no centro do processo, os trabalhadores intelectuais negligenciam voluntariamente os outros elos. Tanto que a divisão técnica e social do trabalho colocada em prática após a Segunda Guerra Mundial pouco a pouco confirmou a separação das atividades de impressão, difusão, gestão das assinaturas (geralmente terceirizada), desenvolvimento informático, enfim, de produção do jornal propriamente dito. Essa dispersão conduz a um impasse.

O serviço comum proporcionaria aos jornais – impressos ou online – não somente as impressoras, o papel e uma parte das bancas de jornal, mas também locais, servidores, instrumentos de armazenamento e de difusão, meios de pesquisa e de desenvolvimento. Ele forneceria a todas as empresas de imprensa de interesse geral os serviços administrativos, contábeis, jurídicos, comerciais e operaria uma plataforma comum de assinatura, pagamento e gestão de bases de dados. Ele remuneraria técnicos, desenvolvedores e experts em informática que, ao mesmo que permaneceriam integrados ao seio das equipes de cada título, colaborariam para melhorar os aplicativos, aumentar a qualidade e o poder da venda online, garantir a segurança dos dados pessoais, melhorar a legibilidade dos sites e inventar novas concepções gráficas. O serviço integraria o setor de alto a baixo: ele englobaria as estruturas da Agence France Presse e se encarregaria da remuneração, enfim levada a um nível decente, dos donos de bancas de jornal. No centro, financiaria o salário dos revisores, secretários de redação, diagramadores, fotografores, designers gráficos, cujos postos se encontram atualmente ameaçados de erradicação pela corrida à automatização, mas sem os quais um texto adquire o aspecto de um rio cinza.

Nessas condições, a folha salarial das empresas de imprensa se reduziria unicamente aos jornalistas, ainda que essa exceção, que visa em essência matar no nascedouro a suspeita de sovietismo que tal organização coletiva não deixaria de despertar nos defensores da irredutível individualidade dos redatores, tenda a se reabsorver. Enquanto isso, a diferença de empregador não afetaria os coletivos de trabalho: as equipes não são separadas em função de seu modo de remuneração, e cada um continua a trabalhar sob o mesmo teto.

Compartilhar as estruturas

Em matéria de impressão, de administração e de logística, a mutualização daria origem a significativas economias de escala. De resto, seu princípio não representa um avanço conceitual inédito: numerosos serviços e indústrias de rede compartilham estruturas que custam muito para serem construídas e mantidas (telecomunicações, transportes, energia). Se por um lado há uma competição a jusante entre os atores, por outro todos podem tomar emprestada a mesma rede, que forma o que os economistas chamam de um “monopólio natural” – cada empresa aérea não constrói seu aeroporto. No que se refere ao digital, o serviço combina harmoniosamente com o estilo de trabalho colaborativo dos desenvolvedores de softwares livres habituados a partilhar suas descobertas; sua centralização e seus meios o levam a cumprir a exigência de segurança e confidencialidade dos dados pessoais mais facilmente que em sua configuração atual, onde se amontoam dezenas de prestadores de serviço privados. No momento em que os gigantes da internet transformam essas informações em mercadoria, essa qualidade tem de ser levada a sério.

A quem beneficiaria a mutualização e em quais condições? A toda imprensa de informação de interesse geral, sem distinção de opinião, de prestígio ou de tamanho, contanto que seus editores adotem o status de empresa sem fins lucrativos (o lucro não é distribuído aos acionistas), não possuam mais de um título em cada tipo de periodicidade (diário, semanário etc.) e proscrevam toda publicidade de suas colunas, assim como de suas telas. Isso significa não somente o anúncio clássico, sob a forma de inserção, de banners ou de pop up, mas também de diversas formas de escrita publicirredacional que os serviços de marketing promovem dentro das redações. Nenhuma intenção aqui de reduzir a informação a um núcleo seco desprovido de polpa, de imprevisto e de fantasia. Mas sim de garantir que ela responda ao desejo dos redatores e ao interesse dos leitores em vez das exigências dos anunciantes.

A aplicação desse modelo provocaria com certeza uma grande lufada de ar fresco: criar ou retomar um jornal ou um site de informação seria mais fácil à medida que as despesas se limitariam apenas ao salário dos jornalistas, sendo o resto fornecido pelo serviço. Dotada finalmente de meios, a imprensa “alternativa” poderia sair da marginalidade.

Como financiar esse serviço? É o terceiro e último pilar do sistema, o ponto no qual se aprecia a credibilidade do conjunto. Em nosso esquema, as receitas de vendas cobrem os salários dos jornalistas, assim como cerca da metade das despesas partilhadas. Resta encontrar uma fonte perene que substitua ao mesmo tempo o subsídio público, suprimido, e a

publicidade, abolida. É preciso descartar de início duas soluções frequentemente sugeridas em circunstâncias semelhantes. Por um lado, o imposto, que apresenta o risco de submeter a informação a uma tutela muito diretamente política. Por outro, a filantropia, da qual dependem por exemplo a plataforma de pesquisa ProPublica e a organização First Look Media, que subordina o destino da informação à generosidade de alguns bilionários.

O modo de financiamento que nada deve ao mercado nem ao Estado já existe diante de nossos olhos: a contribuição social. Seu poder e sua solidez foram a base do sucesso da Previdência Social e asseguraram o pagamento há décadas das pensões de aposentadoria. O sociólogo e economista Bernard Friot⁶ vê nela ao mesmo tempo o produto das lutas sociais passadas e o embrião de uma sociedade enfim liberta das forças do mercado. O todos por um funciona pelo menos tão bem quanto o cada um por si. Contrariamente ao imposto, a contribuição socializa uma parte da riqueza produzida pelo trabalho antes que os salários sejam pagos e o capital remunerado. Paga aos fundos (saúde, aposentadoria, família), ela não entra nos orçamentos do Estado, ao qual não serve de apoio especulativo. Por que, argumenta Friot, não estender esse esquema ao conjunto da economia? Enquanto a correlação de forças políticas não permite a concretização de um projeto como esse, uma aplicação setorial pode ser facilmente vislumbrada: a criação de uma contribuição-informação financeira o serviço. No fundo, não seria bem lógico que essa conquista social se encarregasse dos custos de um bem coletivo?

Nem imposto, nem publicidade

Contando que o esforço não seja isolado. Nossos cálculos (*ver box*) mostram que as necessidades anuais de financiamento se elevam a 1,8 bilhão de euros, o que deve ser comparado ao 1,6 bilhão de subsídio à imprensa, o qual será suprimido. Esse montante corresponde a uma taxa de contribuição da informação de 0,09% baseada no valor agregado e paga por todas as empresas e administrações. Para a coletividade, a diferença em relação ao modelo em vigor representa, assim, um sobrecusto de 200 milhões de euros. É o preço de uma informação livre: um quinto da ampliação orçamentária de 1 bilhão de euros concedida pelo governo à Dassault em janeiro de 2014 para modernizar o caça-bombardeiro Rafale...

A partir disso, as empresas de imprensa de interesse geral só teriam como despesa os salários dos jornalistas, despesa essa financiada pela venda dos jornais online ou impressos, sendo o excedente revertido para o serviço. Quanto às formidáveis economias de escala originadas pela mutualização, elas se traduziriam por uma queda significativa do preço dos jornais online e impressos. Aos céticos que poderiam julgar irrealista a ideia de um financiamento por meio de uma nova contribuição, é útil lembrar que, sem contar o sistema paritário herdado do pós-guerra, ela foi discretamente colocada em prática em 2010 por... Nicolas Sarkozy, de modo a substituir a extinta taxa profissional. Essa arrecadação, batizada de contribuição sobre o valor agregado das empresas (CVAE), se aplica atualmente às companhias com uma taxa que varia entre 0,5% e 1,5% em função do volume de negócios. Seu produto ultrapassou os 15 bilhões de euros em 2013, alocados ao financiamento dos investimentos locais (estradas, pontes), mas ele não é objeto de uma gestão paritária e funciona como um imposto.

Diferenciação radical entre imprensa de interesse geral e de entretenimento, criação em benefício da primeira de um serviço compartilhado de infraestruturas, financiamento por uma contribuição da informação: esses pilares repousam em princípios jurídicos e instrumentos fiscais que existem. Eles esboçam um sistema capaz de conjugar qualidade e perenidade, adaptado tão bem ao impresso quanto ao digital, e que pode ser estendido tanto ao audiovisual quanto às plataformas de difusão por videodigital. Ele limita a apropriação privada dos meios escritos de informação de interesse geral sem que para isso se transfira para ele o controle do Estado: as empresas de imprensa permanecem em sua diversidade, mas com um status não lucrativo, um perímetro salarial restrito aos jornalistas, uma proibição da concentração. A apropriação dos meios de comunicação escritos tem a ver mais com a prestidigitação do que com o capitalismo de investidores já que, feitas as contas, as somas despendidas pelos industriais para comprar a imprensa se mostram bem magras em comparação com as prodigalidades públicas. Bergé, Niel e Pigasse adquiriram o *Le Monde* no final de 2009 por 60 milhões de euros; entre 2009 e 2013, o Estado gastou 90 milhões de euros com esse grupo (sem contar as ajudas indiretas). Em 2014, Drahi desembolsou 14 milhões de euros para comprar metade do capital do *Libération*; mas, apenas entre 2012 e 2013, o poder público gratificou esse diário de saúde frágil com 20 milhões de euros. Se a regra do "quem financia controla" fosse aplicada, o Estado seria proprietário de um imenso grupo de imprensa... Nosso modelo reconduz a economia ao caminho certo: a coletividade (por meio da contribuição) e os usuários (por meio da compra) financiam as infraestruturas comuns e desfrutam da concorrência das ideias.

A aplicação completa do edifício desperta evidentemente uma quantidade de objeções. Como, por exemplo, distinguir sem ambiguidade as publicações voltadas para a informação dos títulos de entretenimento? Se por um lado a renúncia obrigatória a toda forma de publicidade possibilita uma triagem, por outro as zonas mal definidas persistem. Além disso, as modalidades de separação se mostram delicadas: uma grande quantidade de grupos de imprensa produz conteúdo informativo e recreativo, os dois dispendo de serviços comuns. O caso dos grupos de imprensa regionais mostra o caminho: a abolição das ajudas públicas, a não lucratividade e a desconcentração incitarão os industriais a se separar da informação para se concentrar novamente no setor de entretenimento e especializado, o qual se beneficiará da transferência da publicidade banida dos títulos de interesse geral (mais de 1,2 bilhão de euros em 2013 apenas para a categoria imprensa de informação política e geral, uma soma amplamente suficiente para compensar a supressão das ajudas do Estado).

Quem dirigiria o serviço, esse organismo compartilhado que conta ao mesmo tempo com milhares de assalariados e uma grande variedade de profissões? Um modo de gestão paritária, como o que foi experimentado nos fundos de

Previdência Social entre 1945 e 1960, decorre de uma forma bastante lógica do modo de financiamento pela contribuição. Representantes eleitos dos diversos ramos do serviço, mas também editores, jornalistas, leitores definiriam em conjunto as necessidades a satisfazer, as orientações a tomar, os investimentos a realizar. Mas como evitar a burocratização, como dar origem a uma dinâmica comum a profissões herdeiras das tradições mais firmes? Arbitrar os conflitos e regular a alocação dos meios do serviço às publicações requer instâncias reconhecidas por todos como legítimas.

O modelo proposto aqui deixa muitas reticências. Ninguém pode pretender isolar hermeticamente um setor dos pesos do regime econômico e dos poderes públicos, como o comprovam diariamente aqueles ligados ao ensino, à saúde ou à pesquisa. Seria, no entanto, ingênuo esperar que uma perturbação social venha propagar suas ondas de choque até as indústrias da comunicação para construir um modelo de informação racional e desejável. Até porque, por seu funcionamento atual, os meios de comunicação colocam obstáculos à mudança. Nosso esboço leva em conta esse obstáculo e propõe uma aplicação setorial, à espera de algo melhor, de uma economia mutualizada. Com a esperança de desmentir enfim o escritor austríaco Robert Musil, que lamentava já há um século: “os jornais não são laboratórios nem centros de pesquisa do espírito, o que poderiam ser para o bem de todos, mas comumente são magazines e bolsas de valores”.⁷

1 Esta tese conveniente é defendida especialmente pelo historiador Patrick Eveno. Cf. *Histoire du journal Le Monde. 1944-2004*, Albin Michel, Paris, 2004.

2 Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, artigo 11.

3 Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 19.

4 Ler Sébastien Fontenelle, “Aides à la presse, un scandale qui dure” [Subsídios à imprensa, um escândalo que persiste], *Le Monde Diplomatique*, nov. 2014.

5 Ler “Sociétés de rédacteurs, un rêve de journaliste” [Sociedade de redatores, um sonho de jornalista], *Le Monde Diplomatique*, maio 2007.

6 Ler “La cotisation, levier d’émancipation” [A cotização, degrau da emancipação], *Le Monde Diplomatique*, fev. 2012. Cf. também *Puissances du salariat* [Poderes do assalariado], nova edição ampliada, La Dispute, Paris, 2012, e *Emanciper le travail. Entretiens avec Patrick Zech* [Emancipar o trabalho. Entrevistas com Patrick Zech], La Dispute, 2014.

7 Robert Musil, *L’Homme sans qualités* [O homem sem qualidades], tomo 1, Points, Paris, 2011 (1ed. 1930). Tradução retirada da edição brasileira, traduzida por Lya Luft e Carlos Abbenseth, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

PIERRE RIMBERT é jornalista do *Le Monde Diplomatique*. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Abril de 2015.**

A depressão pode levar ao crime? (JAIRO BOUER)

Boa parte da mídia apontou a depressão como uma das causas para Andreas Lubitz, de 27 anos, ter provocado o acidente do avião da Germanwings. Lubitz teve de se afastar por seis meses do curso de formação de pilotos, em 2009, para tratar um episódio grave da doença. Desde então, fazia acompanhamento. Em princípio, a promotoria alemã negou que ele ainda enfrentasse tendências suicidas recentemente.

Depressão é um problema bastante comum, que afeta até 20% da população em algum momento da vida. As pessoas podem ficar desanimadas, tristes, lentas, sem apetite, com insônia, ter dificuldade de concentração, irritabilidade, entre outros sintomas. Pode ser necessário afastamento do trabalho e até internação. Depressão é o principal fator de risco para o suicídio. Será que alguém deprimido jogaria um avião com 150 passageiros contra os Alpes? É pouco provável.

Muitas suspeitas foram aventadas. Lubitz teria uma namorada atual, professora em Düsseldorf, com quem estaria em crise e que estaria grávida dele. Ele teria tido um diagnóstico recente de descolamento de retina (com risco de perda da visão), o que prejudicaria sua carreira de piloto. Foram descartadas motivações políticas ou religiosas.

Outra ex-namorada, aeromoça, conta que ele tinha alterações de comportamento. Segundo ela, Lubitz dizia que seu nome seria lembrado para sempre. Isso poderia sugerir um delírio de grandeza, uma necessidade desmedida de se destacar, presente em várias alterações psiquiátricas.

Não é incomum que profissões extenuantes, como comandar um avião, levem à depressão. Tratados e acompanhados, a maioria dos pilotos segue sua rotina normal. Lubitz teria uma série de atestados de licença médica em seu apartamento, inclusive um que cobriria o dia do acidente. Ele rasgou os documentos e não comunicou a empresa de sua condição médica. Na hora do acidente, teria encorajado o comandante a ir ao banheiro e trancado a porta da cabine. Suas atitudes sugerem intenção e até planejamento. Por outro lado, ele não deixou carta de despedida nem qualquer outra pista.

Lubitz poderia estar enfrentando algum tipo de delírio de perseguição ou de grandeza (ser lembrado para sempre), talvez estivesse sob efeito de algum tipo de droga ou, ainda, pressões em sua vida poderiam ter acentuado algum traço antissocial de sua personalidade. Faltam informações para fechar esse quebra-cabeça. Parece arriscado e impreciso afirmar que a depressão teria feito o copiloto provocar um crime tão grave. Há certamente outros elementos, possivelmente mais importantes.

JAIRO BOUER é médico Hebiatra e comunicador. Escreve semanalmente para esta publicação. **Revista ÉPOCA, Abril de 2015.**

O que faz com que nossa sociedade seja tão intolerante e pouco inclusiva? (MYRIAN CHINALLI)



"O sentido primitivo do ódio é o da relação contra o mundo exterior, alheio ao ego. Sente-se repulsa ao objeto desprazeroso e, conseqüentemente, passará a ser odiado."

NOS DIAS atuais, encontramos regularmente em nosso cotidiano algumas palavras que certamente nos provocam reações psíquicas das mais inquietantes. Tais palavras são comumente citadas nas universidades, nas escolas, na mídia impressa e na televisiva: "intolerância", "realidade", "inclusão". Interessa-nos investigar aqui não o que está manifesto nas significações jurídicas, filosóficas, sociológicas desses termos, mas, sobretudo, o que está escamoteado ou denegado por eles. Neste texto, partiremos do princípio de que é necessário falar desses conteúdos do ponto de vista psíquico, ressaltando nossa condição humana de sujeitos do inconsciente.

Nos últimos anos, especificamente desde os anos 1970, temos visto o desenvolvimento de importantes projetos para o combate à intolerância: o surgimento de instituições em defesa dos direitos humanos, a implementação de cotas para negros e deficientes, a ocupação de espaços políticos por mulheres, entre outras iniciativas chamadas "inclusivas". Alguns dados, porém, são inquietantes: no Brasil, apesar de, aparentemente, ter havido uma democratização do discurso da "tolerância", os dados da exclusão social (sobretudo dos negros) continuam praticamente inalterados, desde a abolição da escravidão (na década de 1890), se comparados ao crescimento proporcional da população, conforme dados do Inep/MEC, citados na publicação *Políticas de promoção da igualdade racial na educação*, realizada pelo Centro de estudos das relações do trabalho e das desigualdades (CEERT), uma ong que luta pela igualdade de raça e de gênero.

Diante desses fatos, podemos pensar em textos de Freud, *O mal-estar na civilização* e *O futuro de uma ilusão*, que nos falam do pacto social necessário para a contenção de impulsos destrutivos, ligados à pulsão de morte. Estaríamos diante dos "restos do pacto", ou seja, diante de algo que não pôde ser simbolizado e que ganha expressão pelo ato? O que impediria esse "resto" de ser simbolizável? O que faz com que nossa sociedade seja tão intolerante e tão pouco inclusiva?

CONCEITO REALIDADE

"É de supor que as classes abandonadas invejarão os privilégios das classes favorecidas e farão todo o possível para libertar-se do aumento especial de privação que pesa sobre elas. Caso não o consigam surgirá na civilização correspondente um descontentamento duradouro que poderá conduzir a rebeliões perigosas. Mas quando uma civilização não consegue evitar que a satisfação de certo número de seus participantes tenha como premissa a opressão de outros, talvez da maioria - e assim sucede em todas as civilizações atuais - é compreensível que os oprimidos desenvolvam uma intensa hostilidade contra a civilização que eles mesmos sustentam com o seu trabalho, mas de cujos bens participam muito pouco... Não é demais dizer que uma cultura que deixa insatisfeito um núcleo tão considerável de seus participantes e os incita à rebelião não pode durar muito tempo e nem tampouco o merece" (Freud. *O futuro de uma ilusão*, p. 325).

Para pensarmos os fenômenos atuais de intolerância, pode ser de grande valia nos debruçarmos um pouco sobre o conceito de "realidade" desenvolvido por Nicholas Abraham e Maria Torok, no livro *A casca e o núcleo*, publicado na França em 1977 e traduzido no Brasil em 1995. De acordo com esses autores, a realidade é sempre "realidade a escamotear" (p. 237): "Realidade se define, portanto, como o que é recusado, mascarado, denegado enquanto - precisamente - 'realidade', como o que é, já que ele não deve ser conhecido; numa palavra, ela se define como um segredo. O conceito metapsicológico de Realidade remete, no aparelho psíquico, ao lugar em que o segredo está escondido".

O trabalho desses autores baseou-se na análise do Caso do Homem dos Lobos, como representante de algo que é "inanalizável" e que, portanto, não alcançaria representação. Essa análise foi a mais longa das "cinco psicanálises" de Freud: começou em janeiro de 1910 e terminou em junho de 1914. Entre 1918 e 1919, o paciente conhecido voltou a procurar Freud, que o recebeu de bom grado. Novamente em 1926, afetado pelos mesmos sintomas, o Homem dos Lobos foi consultar novamente o psicanalista que, dessa vez, recusou-se a atendê-lo e o encaminhou a uma de suas analisandas. A partir de 1945, foi ajudado de maneira especial pelo movimento freudiano, pois encontrava-se pobre e melancólico. Comentado por diversos psicanalistas, esse caso - um "criptomodelo" - contribuiu para que Abraham e Maria desenvolvessem o conceito de "cripta".

É como parte do "segredo" contido na "cripta" que poderíamos abordar o termo "intolerância". Vale lembrar que a palavra "cripta" tem origem no grego *kryptós* e significa "escondido, oculto, secreto". A partir do século XIX ela foi introduzida na linguagem científica internacional, muitas vezes como elemento de composição de outras palavras (críptico, criptônimo, criptograma etc.). Também se pode pensar na cripta como algo quase "inexplicável", como dimensão do religioso, do sagrado.

ABERTURA DA CRIPTA

A oposição entre o aparente e o escondido, o manifesto e o latente, os disfarces e o desejo constitui um tema maior da Psicanálise desde o seu início. Sabemos que o interdito gera o desejo, assim como a "realidade", no sentido metapsicológico, nasce pela exigência de permanecer escondida, vergonhosa - afirmação facilmente comprovada na clínica. Dessa forma, a realidade nasce cindida.

Freud, em seu artigo *Pulsões e seus destinos*, nos diz que inicialmente o mundo se apresenta para a criança sem diferenciação, mas, logo, ganha matizes diferentes, dependendo das qualidades de prazer implicadas nas experiências. O sujeito introjeta os objetos que são prazerosos e afasta de si aquilo que se constitui como motivo de desprazer, mesmo aquilo que provém de seu próprio interior. O mundo exterior fica assim dividido em uma parte prazerosa, que se incorpora, e um resto que é estranho e hostil. O sentido primitivo do ódio é o da relação contra o mundo exterior, alheio ao ego. "Sentimos repulsa ao objeto desprazeroso e o odiamos. Este ódio pode intensificar-se até a tendência à agressão contra o objeto e o propósito de aniquilá-lo" (p. 147).

E Freud conclui: "O ego odeia, perturba e persegue com propósitos destrutivos a todos os objetos que chega a supor como fonte de sensações de desprazer, constituindo uma privação da satisfação sexual ou da satisfação de necessidades de conservação. Pode-se, inclusive, afirmar que o verdadeiro protótipo da relação de ódio não procede da vida sexual, mas da luta do ego por sua conservação e manutenção" (p. 147).

O de fora é o outro, o diferente, *o estranho*, o virtualmente inimigo, o depositário de nosso ódio. "Da estranheza ao temor, da curiosidade ao medo, do amor ao ódio, o rosto do estrangeiro nos força a manifestar a maneira secreta que temos de encarar o mundo, de nos desfigurarmos todos, até nas comunidades mais familiares, mais fechadas" (p. 149).

Em 1919, Freud já descrevera, no texto *O estranho*, a situação do "estranho familiar", mostrando-nos que este está mais próximo de nós do que supúnhamos. Habita em nosso próprio interior e, frequentemente, se revela de forma inquietante. A Psicanálise propõe o reconhecimento desse estranho em nós mesmos; como efeito de nossa própria constituição - sujeitos divididos numa parte a que nunca temos acesso e originalmente marcados pelos enigmas de um outro, sem o qual não sobreviveríamos.

A realidade esconde um segredo, algo que gera vergonha, uma espécie de "crime", que precisa ser mantido em sigilo. Entretanto, não há segredo que não tenha sido, na origem, partilhado. Dessa forma, o ato criminoso jamais é solitário. O crime da realidade se refere sempre a um "terceiro excluído", colocado num lugar de gozo indevido, perverso. Não é difícil entender por que o alívio desse delito nos é negado - tanto ao paciente quanto ao analista.

Entretanto, é destino da "realidade" - enquanto crime cometido - aparecer na análise e surgir na cena pública. De acordo com Nicholas e Maria, muitas vezes ela aparecerá sob a forma de "cripta", com uma visível fechadura, pedindo para ser aberta. Mas onde estará a chave para abri-la?

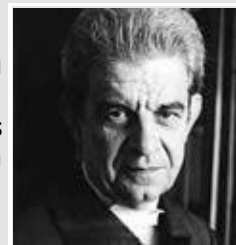
PERFIL - MARIA TOROK

Psicanalista húngara, nascida em 1925, em Budapeste, que em 1947 fixou-se em Paris. É conhecida pelas suas contribuições para a teoria psicanalítica, desenvolvida primeiro por Freud, depois por Ferenczi. Torok também é conhecida pelo estudo crítico de Husserl. Morreu em Nova York, em 1998.



POR DENTRO - LACANIANO

Refere-se a Jacques Lacan (1901-1981), psicanalista francês, que como pensador, influenciou pensadores nas áreas da filosofia, psicanálise e da análise artística. O filósofo esloveno Slavoj Žižek, ao ler a obra de Lacan, transformou-a em instrumento poderoso para descrever relações políticas, culturais e para repensar o entendimento "consagrado" de obras de arte e de produtos da cultura de massa.



A cripta, entendida como túmulo, terá o ego como seu principal guardião. Nada deverá escapar para o mundo exterior. Ele se manterá em vigília para proibir o acesso de qualquer "curioso" ao túmulo. No entanto, esse túmulo encerra algo que foi enterrado vivo, que não pode virar pó. O túmulo encerra um passado que está sempre presente no sujeito. O conteúdo da cripta, esse segredo que encobre um crime, raramente pode se exibir sob a forma de palavras. Contudo (paradoxo!), na cripta foram enterradas palavras vivas que se desvincularam de sua função costumeiras de comunicação. Por quê? Possivelmente porque carregam um conteúdo perverso, ligado ao prazer do interdito, ao gozo (lacaniano).

Dessa forma, para realizar seu trabalho, o analista não pode se colocar no mesmo terreno do criptóforo - que congrega inúmeras criptas - que, por não conhecer outras formas de expressão, colocará o analista no lugar de juiz, procurador, advogado, acusado, corpo de delito. Caso o analista aceite esse lugar, a cripta se consolidará. A realidade metapsicológica só poderá se transformar em desejo se o analista garantir, por diversos caminhos e desvios, mil maneiras de o analisante se simbolizar.

O ENCRIPTAMENTO DA INTOLERÂNCIA

Cabe trazer aqui as características de representação do "poder" nos dias atuais, para pensarmos nos possíveis encriptamentos. Conforme Marcelo Coelho (2005), durante toda a Idade Média, o poder tinha um ar sinistro, carregado, cheio de solenidade e pompa. Passou-se à grandeza, ao luxo, no século XVIII e, depois, ao rigor depressivo e fúnebre dos estadistas vitorianos. Mais tarde, no século XX, os ditadores se cobriram de uniformes e honrarias militares: precisavam comprovar que eram ameaçadores, implacáveis, sanguinários.

Hoje, o poder constituído é simpático, sorridente e ostenta simplicidade. A maior parte dos protestos é organizada pelos "grupos de sempre". A ordem é que os poderosos mostrem-se invariavelmente felizes e que não se dê muita voz aos "ininfelizes". A única coisa que não se admite é o descontentamento por um sistema hegemônico - o capitalismo.

Não se trata propriamente de reprimir os descontentes, os revoltosos, os excluídos: antes de tudo, trata-se de ignorá-los ou, então, de lhes oferecer pequenos benefícios (no caso dos países desenvolvidos, seguro - desemprego, financiamento para habitações populares, assistência médica regular etc.). O importante é mantê-los fora dos sistemas de representação simbólica (das universidades, do parlamento, do sistema político-jurídico). Eles precisam ser invisíveis, inexistentes. E nisso talvez se explique a violência sem palavras, o vandalismo puro e simples de muitos movimentos de protesto nos países de primeiro mundo ou da violência nos países em desenvolvimento.

No caso de alguns atos terroristas, mais do que reivindicar alguma mudança no plano simbólico (o que possivelmente todos consideram improvável), parece que o objetivo dos participantes é apenas serem reconhecidos: a periferia quer mostrar que existe e, para afirmar-se, recorre à destruição. A exclusão sempre carrega algo de perverso e gera consequências equivalentes.

Na discussão sobre as cotas para negros nas universidades no Brasil, poucos políticos ou intelectuais se posicionaram. Preocuparam-se em falar sobre esse tema apenas aqueles que vislumbraram certa perda de espaço em seu campo profissional, em geral se posicionando de forma firmemente contrária à implementação das cotas.

Para finalizar esta reflexão, vale lembrar Freud, em sua luta cética pela liberdade e pela não opressão econômica e cultural, como afirmou Rouanet (2005): "Num mundo em que nem podemos aderir às antigas certezas nem resignar-nos a uma vida sem esperança, é importante seguirmos o exemplo de Freud. Ele nos permite combinar fé e dúvida, a crença na emancipação com a suspeita de que a salvação não é deste mundo".

O entendimento dos mecanismos da intolerância e o combate a ela possivelmente abrirão possibilidades de simbolização, não apenas nos consultórios, mas nos espaços públicos e de transmissão da metapsicologia, para que não se perpetuem tantas criptas e para que seja possível decifram-se algumas delas.

ORIGEM - SERGIO PAULO ROUANET

Sérgio Paulo Rouanet nasceu no Rio de Janeiro, em 1934. É um diplomata, filósofo, professor universitário, tradutor e ensaísta. É membro da Academia Brasileira de Letras desde 1992. Ao exercer o cargo de secretário de cultura do governo Collor, foi responsável pela criação da lei brasileira de incentivos fiscais à cultura, que leva o seu nome. Em sua extensa produção ensaística e filosófica, tem destacado a importância do iluminismo. É tradutor no Brasil do filósofo alemão Walter Benjamin, e recebeu a Medalha Goethe, pela contribuição à difusão da cultura alemã pelo mundo.



REFERÊNCIAS

COELHO, Marcelo. A irresistível simpatia do poder. Folha de S.Paulo, Ilustrada, 09/11/2005. FREUD, Sigmund. As pulsões e seus destinos. Obras completas. Rio de Janeiro, Imago. O sinistro. Obras completas. Rio de Janeiro, Imago. O mal-estar na civilização. Obras completas. Rio de Janeiro, Imago. O futuro de uma ilusão. Obras completas. Rio de Janeiro, Imago. KAËS, René. O grupo e o sujeito do grupo. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002. NICHOLAS, Abraham e TOROK, Maria. A casca e o núcleo. São Paulo, Escuta, 1995. ROUANET, Sérgio Paulo. Fé e suspeita em Freud. Folha de S.Paulo, Caderno Mais.

MYRIAN CHINALLI é psicanalista, escritora e editora de livros para crianças e jovens. É co-autora da Coleção Saber Viver, publicada em São Paulo, pela Editora FTD. E-mail: chinallim@uol.com.br. Revista LITERATURA, Abril de 2015.

Sonho de Miss Universo (LUIZ FELIPE PONDÉ)

O ACORDO nuclear com o Irã está sustentado em dois pilares de uma geopolítica que entende que a guerra se tornou irracional como forma de diplomacia para as partes envolvidas no contencioso - o conflito de interesses. Essa linda tese enche meus olhos de lágrimas quando imagino um mundo sem guerras. Eis o sonho de toda Miss Universo. Pombas brancas por todos os lados, aliviando, antes de tudo, nosso próprio incômodo com nossa natureza instável, hipócrita e aterrorizada, com razão.

Mas a guerra continua sendo parte da diplomacia, apesar de nossa visão de mundo, construída num mix de aulas delirantes de ciências sociais e praças de alimentação de shoppings, achar que não. E mais: o Brasil, infelizmente, continua não entendendo nada do que se passa no Oriente Médio, porque analisa a geopolítica sob vícios adolescentes do tipo: "opressor versus oprimido", quando ela é muito mais a gestão da violência entre os povos, sem chave moral (ou ideológica) prévia.

É dessa ignorância que brota a pouca estatura diplomática do país. Esses baixinhos deveriam ler mais Maquiavel e menos Harry Potter. Mas voltemos ao Irã da Miss Universo. Os dois pilares que sustentam o acordo nuclear são os seguintes: primeiro, transparência. Daqui para frente, o comportamento iraniano no tocante a sua pesquisa nuclear deve ser transparente. Os iranianos ficam obrigados, sob pena de serem vistos como "sem palavra" e sofrerem novas sanções, de prestar contas aos EUA e aliados de "todos" seus passos nucleares.

Ao longo dos próximos 15 anos, o Irã deve provar que seu enriquecimento de urânio não é suficiente para fazer bombas nucleares. Isso implica que os processos (inúmeros) da cadeia de produção nuclear sejam completamente transparentes para os EUA e aliados. Portanto, a transparência, na verdade, seria melhor descrita como confiança, uma vez que o Irã pode muito bem continuar escondendo parte da sua indústria bélica nuclear --como, aliás, sempre aconteceu na maioria dos países com potência nuclear, ora bolas.

Por isso, Kerry e Obama ficam o tempo todo se defendendo contra a acusação de "naiveté", palavra chique para ingenuidade. O segundo pilar, que apareceu na fala de um dos auxiliares diretos de Kerry numa entrevista à CNN no dia da assinatura do "acordo de paz", mas que é mais difícil de se perceber, é a suposição de que o Irã seria um idiota geopolítico caso fabricasse a bomba sob o manto da mentira. Nesse caso, o país trairia a confiança depositada nele pelos EUA e seus aliados. Esse pilar é a crença na razoabilidade geopolítica do Irã, baseado no princípio de que a paz é sempre a primeira opção numa negociação. E que essa paz pressupõe a integridade de todos os envolvidos no contencioso.

Como vemos, o pilar verdadeiro do acordo é esse, e não a transparência/confiança, porque o acordo se baseia nessa razoabilidade geopolítica do Irã, coisa que, para quem conhece ou está no Oriente Médio, parece conversa de menina. Uma das críticas que Israel e os sauditas fazem ao acordo é que, suspendendo-se as sanções, os iranianos terão mais condições para fazer a bomba mais rápido.

Afora o fato de que o Irã tuíta que vai riscar Israel do mapa gratuitamente (alguém ouviu ameaça semelhante por parte dos israelenses?), e de que quer colocar uma cabeça de ponte numa "praia saudita" conhecida como República Árabe do Iêmen, para atormentar seu archi-inimigo, a Arábia Saudita, a base da descrença no acordo que une tanto israelenses quanto sauditas é o fato de que estão no Oriente Médio. Ambos sabem que essa razoabilidade "queijos e vinhos" não vale por lá, e que acordos são solúveis em água e sangue - há pelo menos 4.000 anos.

Concordo com o fato de que o Irã pode muito bem dizer: "Se Israel tem por que eu não posso ter?". Eles terão sua bomba atômica e quem viver verá o Oriente Médio aumentar sua escala de violência em 15 anos. O Irã é um grande patrocinador do terrorismo na região. Que tal se vazar artefatos nucleares para o Estado Islâmico, para a Al Qaeda, o Hamas e o Hizbollah?

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

Petrobras e financiamento de campanha (IVAN VALENTE)

TODAS as pesquisas de opinião tem demonstrado uma enorme rejeição à presidente Dilma Rousseff. A última pesquisa Datafolha não poupa nem o Congresso Nacional, pois 82% não lhe dão credibilidade. Frente a esses números, a CPI da Petrobras insiste em um caminho perigoso, que pode ser ainda mais danoso à imagem do Legislativo e prejudicar a necessária apuração dos ilícitos e punição dos responsáveis por toda a corrupção.

O primeiro equívoco da CPI foi recusar que os parlamentares que receberam doações das empreiteiras processadas na Operação Lava Jato fossem substituídos. Eles são a maioria na comissão e deveriam estar impedidos de investigar e deliberar matéria que lhes diz respeito. Com os depoimentos dos principais agentes da corrupção, e com as delações premiadas, fica cada vez mais claro que doações oficiais e propinas estão irremediavelmente entrelaçadas. Empreiteiras não doam, investem. Está aí o cartel das construtoras que não nos deixa mentir.

O segundo erro da CPI foi optar por não convocar até agora parlamentares que estão sob investigação no STF (Supremo Tribunal Federal). A presença "espontânea" de Eduardo Cunha à CPI mostrou do que é capaz o corporativismo parlamentar. A maioria dos partidos e deputados preferiu fazer uma espécie de ato de desagravo ao presidente da Câmara. Investigado pelo Supremo, Cunha, na ocasião, dirigiu pesadas críticas à Procuradoria Geral da República, soando como intimidação aos que conduzem as investigações.

É absolutamente injustificável também que o alcance da CPI se limite ao período 2003-2015. O depoimento de Pedro Barusco, ex-gerente de serviços da Petrobras, é absolutamente esclarecedor ao apontar que a estrutura criminosa vem de muito mais longe. Não é aceitável também a seletividade na aprovação das convocações, como tem demonstrado a blindagem feita a Fernando Baiano, Alberto Youssef e a outros doleiros envolvidos, "mulas" e empresários que aceitaram delação premiada. Além da enorme insatisfação popular com a corrupção, o quadro ganha gravidade com a crise econômica. Aumento de preços, desemprego e mais austeridade para os "de baixo", com ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários patrocinados por Dilma, corroem sua popularidade. Ela está cumprindo a agenda perdedora das eleições, desrespeitando e mentindo sobre suas promessas de campanha.

Afora as saídas econômicas necessárias para que as grandes fortunas paguem a conta da crise, é necessária uma resposta política à corrupção. O povo não se ilude mais. Estão presos executivos e donos das maiores empreiteiras do país, corruptores que, aliados a dirigentes de estatais, doleiros e agentes públicos corruptos, produziram o maior escândalo já investigado. Entre 2007 e 2014, empresas investigadas na Operação Lava Jato doaram oficialmente R\$ 712 milhões para PT, PSDB e PMDB, inclusive em anos em que não houve eleição.

Enquanto salta aos olhos que a raiz da corrupção está no financiamento empresarial dos partidos e das campanhas, a Câmara dos Deputados, na contramão dos fatos e por iniciativa de Cunha e da maioria dos partidos, propõe exatamente o contrário: a constitucionalização do financiamento empresarial. É o que se tenta votar a toque de caixa e sem participação popular na Comissão Especial de Reforma Política. Um escárnio.

Jogo combinado, o ministro do STF Gilmar Mendes segura há um ano, em ação deliberada, um pedido de vistas, visando impedir a votação, já vitoriosa, da Ação Direta de Inconstitucionalidade da OAB, que acaba com o financiamento empresarial na política.

Nas ruas e nas redes sociais, a bandeira para enfrentar a corrupção é o fim do financiamento empresarial para os partidos e campanhas. Sem isso, eterniza-se o jogo do poder econômico e do desvio de recursos públicos. Ninguém quer reforma política de araque e no escurinho do cinema.

IVAN VALENTE, 68, deputado federal pelo PSOL-SP, é integrante da CPI da Petrobras. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

Não aprendizagens (ROSELY SAYÃO)

NA SEMANA passada, um vídeo bombou na internet. Ele mostra um garoto que agred fisicamente outro, menor do que ele e que chega a chorar por causa da humilhação que sofre, principalmente porque todos que ali estão sabem que a cena está sendo filmada e que, inevitavelmente, seria publicada. E foi. Os garotos devem ter entre 11 e 13 anos.

A cena incomoda por identificar o fenômeno do bullying e, por isso, o vídeo foi tantas vezes replicado nas redes sociais. A maioria dos comentários que li condenava veementemente e violentamente - que ironia, não é? - o protagonista da agressão. Poucos, bem poucos, lembraram-se de apontar um detalhe da cena que é, porém, o mais importante: tudo o que foi documentado aconteceu em uma escola.

A instituição escolar costuma levantar bandeiras e adotar bordões, sendo alguns deles "educar para a cidadania", "educação para a paz", "ensinar a aprender" etc. Tudo o que ela consegue, entretanto, é esvaziar de sentido essas expressões e tantas outras que usa. Você já se deu conta, caro leitor, de que quase todas as situações de bullying e de agressividade descontrolada entre crianças e adolescentes ocorrem na escola? É por isso que as instituições de ensino costumam realizar muitas palestras a respeito do assunto. Mas, ao agirem assim, elas simplesmente declaram, nas entrelinhas, que nada têm a ver com o fato. As famílias é que são responsabilizadas pelo comportamento dos mais novos, não é assim?

Pois é dever da escola ensinar a convivência zelosa, justa e respeitosa dos alunos, entre si e com todos os trabalhadores do seu espaço. Mas o problema é que a escola está ocupada com outras questões que considera mais importantes. Transmitir uma quantidade enorme de conteúdos, por exemplo. Além disso, ela não sabe como passar para a prática o que declara fazer parte de seu projeto, como a ética e a cidadania. Regras, regras, mais regras e punições: é dessa forma que a escola tenta ensinar a convivência no espaço público.

Já entrei em muitos espaços escolares e vi, pintadas nos pisos, setas indicando por onde os alunos devem descer ou subir uma escada ou caminhar pelos corredores. O objetivo, me disseram, é levar os estudantes a caminhar pelos locais de trânsito sem atrapalhar os outros. Há coisa mais infantilizadora e inócua? Os alunos simplesmente ignoram ou transgridem tal indicação. E caminham trombando com colegas e arrastando ruidosamente suas malas com aquela enormidade de material didático - ou nada didático. Em resumo: não aprendem nada a respeito do bom uso do espaço coletivo e, menos ainda, a enxergar o outro.

Se você tem filho na escola, caro leitor, deveria preocupar-se com o que ele NÃO aprende por lá, muito mais do que com o que a instituição quer que ele aprenda. Na maioria das escolas, o aluno não aprende - porque não é ensinado - a participar de um grupo, a conviver respeitosamente sem exceção com todos os colegas, a cuidar dos menores, a pedir a ajuda de um adulto quando precisa, a pensar por si mesmo, a ser crítico, a administrar o seu próprio tempo nos estudos, a fazer escolhas bem informadas, a colocar-se no lugar do outro.

Todos esses ensinamentos têm feito muita falta, principalmente agora, que temos dado aos mais novos tantos maus exemplos.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

Maioridade penal? (CONTARDO CALLIGARIS)

A COMISSÃO de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a constitucionalidade da proposta de diminuição da maioridade penal de 18 para 16 anos. Ela ainda será discutida em outra comissão especial antes de chegar ao plenário, mas já agita os espíritos. Se você conta com essa mudança para que a repressão e a prevenção da delinquência juvenil sejam mais eficientes, melhor esquecer.

Neste caso, concordo com a Presidente da República: "Reduzir a maioridade penal não vai resolver o problema da delinquência juvenil". Em suma, a proposta é inócua. E é possível que ela seja nociva: como lembrou Drauzio Varella (na Folha de 4 de abril), adolescentes encarcerados com adultos se tornarão rapidamente profissionais do crime, e serão arregimentados nas organizações que mandam na cadeia.

Hélio Schwartzman (na Folha de 8 de abril) também é contra a diminuição da maioridade penal e observa que a proposta aprovada é justificada por citações bíblicas. Penso como ele: vamos deixar ao Estado Islâmico a iniciativa de políticas públicas decididas com base em textos sagrados. No fim de sua coluna, Schwartzman escreve que gostaria de ouvir "boas" argumentações a favor da diminuição da maioridade penal. Vou tentar.

Antes disso: alguns opositores da proposta acham que a única (e verdadeira) razão para a redução da maioridade penal seria a vontade de punir os adolescentes infratores e de se vingar deles. Não vejo o problema: em geral, não acho que esta vontade seja necessariamente um sentimento vergonhoso. Enfim, sou contra a redução da maioridade penal ou a favor dela? E redução de 18 para que idade? Meu sentimento, desta vez, é radical: sou contra a existência de maioridades e menoridades penais, seja qual for a idade fixada.

Aqui, um parêntese: claro, para que alguém seja imputável, é preciso que seja capaz de fazer uma diferença entre o certo e o errado. Também é lícito pedir que o amadurecimento cerebral (por exemplo, o desenvolvimento do córtex pré-

frontal) garanta um mínimo de autocontrole. Mas mesmo esse requisito básico mereceria um longo debate, que talvez só seja possível resolver caso a caso. Volto ao que me importa. A própria ideia de uma maioria penal é um corolário da ideia de que a infância seja uma época diferenciada e merecedora de um tratamento especial, de modo que seja "mais feliz" do que a vida adulta.

As duas ideias, aliás, são coevas: prosperam desde o século 19. No fim do século 18, quando perdemos a convicção absoluta de que a vida de nossa alma seria eterna, começamos a proteger e venerar as crianças, na esperança de que elas nos continuariam, seriam o remédio contra nossa mortalidade. Logo, descobrimos o prazer de vê-las sempre saltitantes e despreocupadas, e decidimos que não seriam imputáveis juridicamente: seu sorriso, por mais que fosse um pouco besta, seria a imagem da "felicidade" de nosso futuro.

Essa mudança cultural poderia ter apenas melhorado a vida dos pequenos na nossa cultura. Mas não parou por aí: a partir da metade do século passado, a idealização da infância se tornou um desastre - para as próprias crianças, que não conseguem mais crescer, e para os adultos, que não param de regredir. B., 10, indigna-se por ter que fazer seu dever de casa (que é irrisório, como é habitual, para não comprometer o sagrado jogo infantil). Ele esperneia e, já chorando de raiva, grita: "Eu sou uma criança!". B. escolheu bem seu trunfo final. Sabe que os adultos não querem que ele cresça, mas desejam que continue brincando, numa caricatura repetitiva da infância encantada.

Ou seja, descobriu que os adultos idealizam a vida na idade dele, não a adulta. O problema de B. (mas duvido que ele se importe com isso) é que, por esse caminho, ele não tem como querer amadurecer. As crianças ganharam uma relevância incrível por carregarem nosso futuro e resistirem contra nossa finitude. Por serem tudo o que nos sobra da nossa imortalidade (da qual duvidamos), as amamos como nunca na história foram amadas.

Mas é bom desconfiar dos amores excessivos. No caso, se amamos as crianças como ectoplasmas que garantiriam nossa sobrevivência, também as odiamos por ser fadadas a sobreviver à gente. Esse ódio se expressa nas condutas que as condenam a viver numa infância sem fim, sem nunca se tornarem adultas. Detalhe: a leniência com os "menores" é uma dessas condutas.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

Utilização do aplicativo de transporte Uber deve ser autorizada no Brasil? NÃO

Concorrência desleal e imoral (NATALÍCIO BEZERRA)

"**NÃO PRECISA** explicar. Eu só queria entender!". Esse bordão resume bem a situação de desconforto que os taxistas vivem hoje. A frase do macaco Sócrates, no programa humorístico "Planeta dos Homens", nos remete a respostas óbvias, mas distorcidas por interesses obscuros.

A frase cabe bem no contexto dessa discussão sobre as ilegalidades dos aplicativos de corridas que dizem ser de caronas. O serviço e a profissão de taxista são reconhecidos e regidos por leis federais e municipais. Só em São Paulo são mais de 30 mil trabalhadores transportando mais de meio milhão de passageiros. Reconhecidamente, o serviço paulistano é tido como o melhor do país e serve de exemplo para outras capitais, inclusive mundo afora.

Temos plena consciência que todo serviço pode e deve ser melhorado e buscamos isso reiteradamente. Tanto é que, às vésperas da Copa do Mundo, milhares de taxistas se formaram nos cursos de capacitação promovidos em parceria com a SPTuris (empresa de turismo e eventos do município de São Paulo) e com o Sebrae para a qualificação turística do motorista profissional.

O resultado pôde ser conferido por meio de levantamento, realizado durante o Mundial pela Fundação Getúlio Vargas, que apontou o serviço de táxi com avaliação positiva por quase 90% dos entrevistados - compostos por jornalistas e turistas estrangeiros -, que usaram como base de parâmetro e de comparação o serviço equivalente em seus países. São dados que merecem ser trazidos à tona e à discussão.

Hoje, a aceitação de cartões de crédito e débito, além de aplicativos de corridas, é uma realidade entre os taxistas. O que nos incomoda não é a concorrência, mas o desrespeito e a afronta à legislação vigente e reguladora de nosso serviço. Nós sempre tivemos problemas com carros clandestinos e os aplicativos para celular que fazem uso de veículos particulares só reforçam essa ilegalidade. Start-ups se apresentam como empresas de tecnologia que ligam motoristas particulares e clientes, mas na prática qual foi a grande inovação que fizeram? Isso o serviço de táxi já oferece. Não custa lembrar novamente. Somos considerados umas das melhores e mais novas frotas do mundo.

Se a questão é oferecer carros de luxo, possuímos também uma frota numerosa (com alguns deles inclusive, blindados) com motoristas bilíngues, wi-fi, vídeo, frigobar e carregadores de celulares. Em alguns pontos de grande circulação, oferecemos jornais diários, revistas e entretenimento para garantir o melhor conforto possível ao passageiro na hora da corrida.

Se a intenção no futuro é a de compartilhar carros sem motoristas, como as bicicletas que encontramos pela cidade, não é o que eles fazem hoje. Aliás, pelo contrário, estão colocando mais carros nas ruas. Carona, culturalmente, não é paga



e, nos moldes adotados, o serviço de táxi já é "compartilhado". Diante desse cenário, nos sobram muitas questões que merecem respostas. A cobrança é legal? Quem responde pela segurança do passageiro? Quem fiscaliza o serviço? Quantos mais veículos clandestinos farão o serviço de táxis ilegalmente? E, ainda, essas empresas recolhem impostos?

E o mais inacreditável de tudo, os valores desse serviço são maiores dos que um serviço executado por um motorista profissional, devidamente credenciado, qualificado e legalizado. Será mesmo que os Tribunais de Justiça da Europa que baniram o aplicativo e os consideraram ilegais também estão equivocados? Fica a reflexão. Como bem questionava o macaco Sócrates: "Não precisa explicar. Eu só queria entender".

NATALÍCIO BEZERRA, 77, é presidente do Sindicato dos Taxistas Autônomos de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Abril de 2015.

Utilização do aplicativo de transporte Uber deve ser autorizada no Brasil? SIM

Cidadãos e suas escolhas (FABIO SABBA)

A **UBER** é uma empresa de tecnologia formada nos Estados Unidos que criou uma plataforma inovadora para ligar duas pontas: passageiros em busca de transporte confiável e motoristas autônomos. Todos os motoristas parceiros passam por checagem de antecedentes criminais e possuem seguro para o passageiro. Os pagamentos são feitos por meio de um cartão de crédito registrado pelo usuário.

Não apenas temos fidelizado milhares de usuários e motoristas parceiros de 300 cidades em 56 países, mas também criamos mais uma alternativa de mobilidade urbana. O questionamento sobre permitir o aplicativo no Brasil talvez seja retórico, principalmente porque seu modelo de negócio já encontra respaldo nas leis. Por exemplo, a Constituição Federal estabelece como princípios a livre iniciativa e o incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, autorizando, assim, modelos de negócios como o da Uber.

O respaldo vem também da Política Nacional de Mobilidade Urbana (lei nº 12.587/12). Seus objetivos são a inclusão social e a promoção de um uso mais eficaz e equitativo do espaço público, formalizando a inserção do transporte individual privado no sistema nacional de mobilidade urbana, prevendo um modelo de negócios como o da Uber. O maior respaldo vem do Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo, talvez o mais ousado e inovador instrumento de diretrizes urbanas do país. Ao incentivar o uso da tecnologia para uma maior eficiência da gestão urbana e ao promover o compartilhamento de automóveis, o Plano Diretor não apenas aceita tal aplicativo, como o estimula.

Nem mesmo se deve questionar se o aplicativo deve ser regulado. A necessidade de regulamentação é um fato, assim como o Código de Trânsito é necessário para o tráfego de automóveis em vias públicas. Para que uma lei se adeque à realidade do local onde ela é aplicada, e assim ser eficaz para a sociedade como um todo, é necessário que ela seja regulamentada. É um caminho natural para a sua aplicação.

O debate aqui, portanto, é outro. Sendo que existe a permissibilidade e tendo a regulamentação a finalidade de amparar a lei, o debate necessário passa a ser o tipo de regulamentação que a cidade quer para modelos de negócio que promovam eficiência, segurança e racionalidade. Modelos dos quais a Uber é apenas um dos representantes. A tecnologia permeia a realidade do nosso tempo, criando ferramentas que possibilitam o compartilhamento. A inovação e a tecnologia, assim como a mudança do paradigma que privilegia o acesso em detrimento da posse, são todas realidades de um fato: o mundo está em transformação.

A questão a ser respondida aqui não diz respeito a um aplicativo, mas à cidade e a seus cidadãos. Queremos uma cidade que privilegia o uso mais racional dos espaços urbanos e que promova a inclusão social? Uma cidade mais inteligente e eficiente na acomodação de seus espaços? Uma cidade que, em matéria de mobilidade urbana, transforma os automóveis em parte da solução dos problemas? No último dia 8 de abril, durante protestos de representantes de associações de taxistas que se apropriaram das vias públicas de São Paulo, a demanda por serviços da Uber aumentou cinco vezes.

Uma cidade inclusiva, inteligente e conectada é aquela que assegure ao cidadão seu direito de escolha. E que lhe garanta o direito de não ser refém da falta de qualidade e de critério, consequências diretas da ausência de competição e da reserva de mercado. Acreditamos que os cidadãos brasileiros já fizeram a sua escolha.

FABIO SABBA, 35, é porta-voz da Uber no Brasil. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO**, Abril de 2015.

STF na ponta da flecha (MARIA RITA KEHL E DANIEL PIERRI)

NA SEMANA anterior ao Dia do Índio, foi enviada aos ministros do Supremo Tribunal Federal uma cópia do "capítulo indígena" que compôs o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Ele descreve o modo como povos indígenas do país foram vítimas de gravíssimas violações patrocinadas pelo Estado brasileiro, de 1946 a 1988.

Foram massacres para a abertura de rodovias, torturas de vários tipos, proibição do uso das línguas maternas e etnolínguas. Crimes subordinados ao propósito de removê-los de suas terras de acordo com os interesses dos diferentes governos.

Segundo a CNV, ao menos 8.350 indígenas foram mortos nesse período. A comissão reconhece que essa cifra deva ser muito maior, já que só foi possível analisar alguns casos, mas ela já representa 20 vezes o número da lista oficial de mortos e desaparecidos. O capítulo foi enviado ao STF, pois sua 2ª Turma invalidou recentemente três processos de demarcação de terras sem sequer permitir a produção de provas. Dois dos casos - Guyraroka, dos kaiowa, e Limão Verde, dos terena--localizam-se no

Mato Grosso do Sul, onde o "modus operandi" dos governos militares foi amplamente descrito pela CNV, que reconheceu a responsabilidade do Estado no esbulho dessas terras. Se consolidarem jurisprudência, as teses mobilizadas nessas decisões resultariam na anulação de quase todas as demarcações em curso, abrindo um novo ciclo de remoções forçadas, desta vez sob respaldo judicial. A partir desse capítulo indígena, o Supremo terá elementos para rever essas decisões quando forem submetidas ao plenário.

Com base em uma ampla análise documental, a CNV sustenta que o esbulho das terras indígenas foi fruto de uma ação sistemática e deliberada do Estado brasileiro, que emitia certidões negativas da presença indígena em áreas sabidamente ocupadas por índios e patrocinava a ação de particulares para efetivar a sua expulsão forçada. A crise humanitária que acomete o povo guarani kaiowa é conhecida: altíssimas taxas de violência e de suicídios, resultado direto da falta de terras e do confinamento em reservas diminutas, que mais se parecem com campos de concentração. Passados 26 anos da promulgação da Constituição, a realidade desse povo afetado pelas ações do Estado ditatorial é ainda mais grave.

Isso em razão da expansão da fronteira de colonização, que ocupou completamente as áreas onde os índios podiam se refugiar para organizar sua resistência cultural e política refundando seus tekoha ("lugar onde exercemos nossa maneira de viver"). Há situações similares no Sul, Sudeste e Nordeste. Entre as recomendações apresentadas no capítulo indígena, a CNV elencou o avanço nas demarcações de terras como a principal forma de reparação coletiva pelas violações sofridas no período investigado. O Brasil não tem ideia da riqueza humana e cultural que se perde ao insistir em uma política que não se cansa de tentar transformar índios em pobres, "integrados" às levas de marginalizados que ocupam as periferias das grandes cidades.

Nesse Dia do Índio, convidamos a sociedade brasileira a se somar ao apelo para que o STF reconheça o caráter reparatório da política de demarcação de terras indígenas e abandone quaisquer interpretações restritivas do artigo 231 da Constituição que resultem na anulação de processos de demarcação. Não podemos aceitar que os povos indígenas sejam novamente penalizados em um conflito que tem o Estado brasileiro como principal responsável.

MARIA RITA KEHL, 63, psicanalista, integrou a CNV - Comissão Nacional da Verdade na coordenação do grupo de trabalho sobre povos indígenas e camponeses. **DANIEL PIERRI**, 30, antropólogo, foi colaborador do grupo de trabalho sobre povos indígenas e camponeses da CNV. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

A mulher feia de cada um (LUÍS FERNANDO VERRÍSSIMO)

PARA-CHOQUES de caminhão têm sempre o que dizer, e algumas das suas frases tornaram-se clássicas. Há declarações religiosas, num tom de catequese ressentida ("Deus é maior do que você merece"). Há as frases que tratam das agruras do casamento ("Se casamento fosse coisa boa, não precisava de testemunha") e das suas consequências indesejáveis ("Deus fez a mãe e o Diabo fez a sogra"). Algumas são sobre o sexo ("Bom é mulher carinhosa e embreagem macia") e sobre as armadilhas do sexo ("Casamento que começa em motel termina em pensão"), outras são exemplos de sabedoria prática ("Devagar se vai ao longe... mas leva muito tempo", "Cana dá pinga, pinga demais dá cana", "Em terra de sapo mosquito não dá rasante" etc) e outras apenas confessionais ("Devo tudo à minha mãe, mas estamos negociando").

A minha frase de para-choque preferida é "Se me virem abraçado com mulher feia, podem apartar que é briga". Uma frase preconceituosa, é claro. Se você for examiná-la de perto — o que é sempre desaconselhável com qualquer piada — a frase é cruel. A mulher tem muitas maneiras de ser bonita sem, necessariamente, ser vistosa. E há muitas razões para estar abraçado com uma mulher feia sem que seja briga. O importante na frase é o que a mulher feia significa para cada um. A mulher da frase, além de feia, é simbólica. Representa todos os mal-entendidos que queremos evitar a nosso respeito. Ela é a causa que nunca abraçaríamos, embora pareça que sim. Por exemplo: se me virem participando de uma manifestação de rua de que também participe o Jair Bolsonaro ou similar, com faixas pedindo a volta da ditadura militar, podem ter certeza que, ou não sou eu ou entrei na manifestação errada. Os outros manifestantes podem não se incomodar com a companhia, e sua decisão é respeitável. Mas eu sei bem que mulher feia não quero do meu lado.

Acho que todo mundo deveria se preocupar com a mulher feia que aparecerá na sua biografia, quando contarem a história destes tempos. Estamos vivendo um preâmbulo de golpe, em que as causas se misturam, a fronteira entre o oportunismo político e moralismo exacerbado se dilui, e as definições são impossíveis — pelo menos definições claras e precisas como as de um para-choque. Mas no futuro cada um terá de dizer se estava dançando ou brigando com mulher feia.

LUÍS FERNANDO VERRÍSSIMO é escritor e escreve para esta coluna. **Jornal O GLOBO, Abril de 2015.**

Que bicho é esse? (FERNANDO GABEIRA)

NA FRONTEIRA do Piauí com o Ceará, onde está o cânion do Rio Poti, as pedras são a grande atração. Suas formas nos desafiam, as composições derrotam nosso desejo de classificá-las. A exceção são as pedras que lembram bichos. Nesse caso ganham um nome: Pedra da Baleia, da Tartaruga. Na última viagem a Brasília, examinando a configuração que o governo tomou ao longo da crise, senti-me desafiado a descrevê-lo: que bicho é esse? Como muitas pedras no cânion do Rio Poti, não é nada parecido com imagens familiares.

Acuado pela pressão das ruas, o PT lançou mão de Joaquim Levy para tocar a economia e do PMDB para tocar a política. Na Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha reina, às vezes, com um enfoque autoritário. Proibiu que presos fossem à CPI, mas blindando o intermediário do PMDB, Fernando Baiano. Como o PMDB se dispõe a fazer avançar a agenda do capitalismo e suas metamorfoses e promete garantir a liberdade de imprensa, abriu um crédito, senão de simpatia, pelo menos de tolerância.

Outro dia, uma emissora de TV, extremamente crítica ao governo, ressaltava a habilidade de Temer em bloquear a CPI do BNDES. A locutora não queria entrar no mérito, apesar de destacar essa qualidade. Acontece que é impossível dissociar a habilidade do objetivo de sua ação: desvendar a atuação do banco é algo importante para o momento, e fundamental quando se escrever a história desses anos de governo petista.

Numa conferência, Fernando Henrique Cardoso afirmou que a sociedade não pode viver em guerra e que, em algum momento, haveria um acordo. Fernando Henrique está equivocado sobre a necessidade de seu partido manter distância do movimento das ruas. E está equivocado quando diz que impeachment é uma bomba atômica. O impeachment pedido pelas multidões não é uma bomba atômica. É uma batata quente nas mãos de um grupo que não gosta de combater, que sonha em cruzar as estradas enlameadas sem sujar o guarda-pó.

Se houver algum tipo de acordo, sem consulta às ruas, será apenas uma tentativa de esvaziar o movimento. E confirmar, como dizem tantos jornalistas próximos ao governo, que as multidões não têm foco e vão se dispersar. Como fazer um acordo com Joaquim Levy sobre o ajuste fiscal? Ou com Temer sobre a paz política? Um influencia a economia, outro, a política, mas o PT continuará dominando a máquina. Que sentido tem um esforço fiscal com a máquina dominada pelo PT? Eles não aceitam cortes nem admitem a corrupção em todos os níveis do governo. Vamos poupar para que a máquina continue sendo assaltada? Estamos falando com intermediários do PT, Levy e Temer.

Que tipo de horizonte político o PMDB pode garantir? Renan Calheiros e Eduardo Cunha estão sendo investigados pela PF. Mas não deixam o cargo enquanto o processo se desdobra. Uma demanda desse tipo pode ser quixotesca agora. Mas não no futuro, quando o país amadurecer. O máximo que o PMDB pode fazer é segurar uma das alças do caixão da Nova República. Isto é participar de uma fase de transição que leve a 2018.

A configuração que se criou em Brasília, com o PMDB ocupando espaços do PT e Joaquim Levy negociando o ajuste, libera Dilma para uma atuação simbólica, de rainha da Inglaterra. Enquanto Levy trabalha e o PMDB tranquiliza, o PT apenas hibernará. Se o ajuste econômico for um fracasso, será um fracasso da política dos adversários. Nunca vi uma situação como essa, ou mesmo um partido tão rejeitado nas ruas. Ao perder a iniciativa na economia e na política, só lhe resta se apegar aos cargos no governo. E esperar um momento para levantar a cabeça. Este momento para mim é muito remoto. Milhões de brasileiros acompanham os escândalos. É uma ilusão pensar que esquecem. O ano que vem vai mostrar aos candidatos municipais do PT o tamanho da conta a pagar.

Não adianta construir um esconderijo perfeito. Pouco se avançará sem a punição dos assaltantes da Petrobras e outras empresas do governo. E nada se avançará sem que os partidos assumam sua responsabilidade nos escândalos de corrupção. Fernando Henrique tem razão: a sociedade não pode viver em guerra permanente. Mas também não pode ser vítima de um assalto permanente.

Esse é o grande nó a ser desatado. Alguns conhecidos de esquerda acham que a corrupção é secundária, angústia de pequenos burgueses. Outros me chamam de velho conservador e dizem que se viver mais dez anos vou defender a monarquia absolutista. Eles esperam que viva mais. Fico agradecido. Teremos tempo para cuidar de nossas divergências. Mesmo porque agora o poder, de uma certa maneira, se deslocou. Vamos cuidar do PMDB, do ajuste fiscal e esperar que a esquerda oficial saia da toca. Muitos dos seus quadros não andam nas ruas, não sabem o que os espera.

FERNANDO GABEIRA é jornalista, escritor, político e escreve para esta coluna. **Jornal O GLOBO, Abril de 2015.**